

Fesnima, Empresa Pública de Animação de Olhão E.E.M.

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2012

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2012

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1,419	2,365
		1,419	2,365
Activo Corrente			
Inventários	5	4,907	5,275
Clientes	6	11,559	25,274
Estados e outros entes públicos	7	36,537	54,929
Outras contas a receber	8	78,101	111,300
Diferimentos	9	382	-
Caixa e depósitos bancários	10	55,939	12,629
		187,426	209,407
Total do activo		188,845	211,772
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	5,000	5,000
Reservas legais	12	25,374	24,917
Resultados transitados	13	82,929	78,813
Resultado líquido do período		10,618	4,573
Total do capital próprio		123,921	113,303
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	37,807	77,416
Estado e outros entes públicos	7	5,280	3,031
Financiamentos obtidos	14	-	15,000
Outras contas a pagar	15	7,229	3,022
Diferimentos	9	14,608	-
		64,924	98,469
Total do passivo		64,924	98,469
Total do capital próprio e do passivo		188,845	211,772

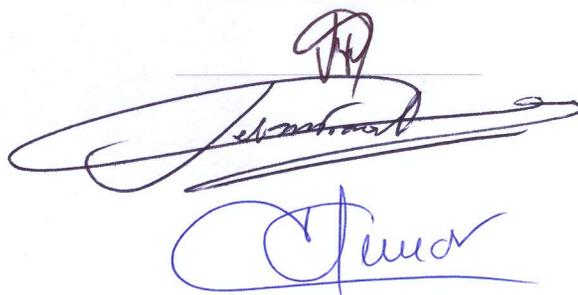
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Olhão, 18 de Fevereiro de 2013

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência / A Administração



Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

(Valores expresso em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	17	282,362	403,600
Subsídios à exploração	18	280,981	290,608
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-48,971	-41,580
Fornecimentos e serviços externos	20	-464,471	-584,977
Gastos com o pessoal	21	-43,663	-43,857
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	-12,050	-8,450
Outros rendimentos e ganhos	22	22,001	130
Outros gastos e perdas	23	-789	-7,841
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		15,400	7,633
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	-946	-946
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14,454	6,687
Juros e gastos similares suportados	25	-282	-1,258
Resultado antes de impostos		14,173	5,429
Imposto sobre o rendimento do período	7	-3,555	-856
Resultado líquido do período		10,618	4,573
Resultado por acção básico		-	-

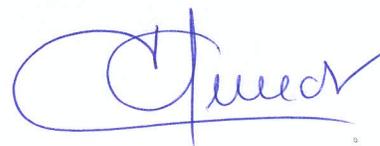
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Olhão, 18 de Fevereiro de 2013

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência / A Administração

Demonstração dos Fluxos De Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		656,505	409,900
Pagamentos a fornecedores		-595,049	-631,173
Pagamentos ao pessoal		-26,200	-47,482
Caixa gerada pelas operações		35,256	-268,755
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-15,828	1,132
Outros recebimentos/pagamentos		39,506	-17,074
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		58,933	-284,697
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-1,184
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-	-1,184
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		10,000	-
Outras operações de financiamento		-	290,608
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-25,000	-30,000
Juros e gastos similares		-623	-765
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-15,623	259,843
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		43,311	-26,038
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		12,628	38,667
Caixa e seus equivalentes no fim do período		55,939	12,628

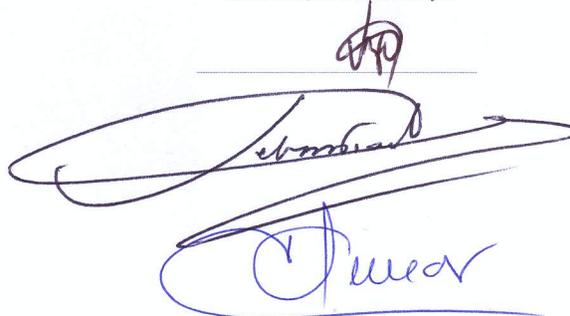
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Olhão, 18 de Fevereiro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A GERÊNCIA / A ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2011

(Valores expressos em euros)

Posição no Início do Período 2011	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		
1	5,000	24,682	-	76,696	-	2,352	108,730
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	4,573	4,573
4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	4,573	4,573
Resultado Integral	-	-	-	-	-	-	-
Operações com detentores de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	235	-	2,117	-	-2,352	-
5	-	235	-	2,117	-	-2,352	-
6 = 1 + 2 + 3 + 5	5,000	24,917	-	78,813	-	4,573	113,303
Posição no fim do Período 2011							

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Olhão, 18 de Fevereiro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A GERÊNCIA / A ADMINISTRAÇÃO



**Fesnima, Empresa Pública de Animação de Olhão, E. M. M.****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012**

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa Fesnima, Empresa Pública de Animação de Olhão, E.M.M. ("Empresa" ou "Fesnima"), foi constituída no ano 1999, e tem a sua sede nas instalações do Município de Olhão em Olhão. A Empresa tem como atividade principal a realização de atividades de âmbito económico, cultural, desportivo e recreativo.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeirasa) Referencial Contabilístico

Em 2012 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos". (Nota 8, Nota 7 e Nota 14)

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos Diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo caso existam, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fesnima, E.M.M. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

No corrente exercício não foram efetuadas transações em moeda estrangeira.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	-
Ferramentas e utensílios	-
Equipamento administrativo	3-8
Outros activos fixos tangíveis	-

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa legal em vigor de 25% sobre a matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.4. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens seja inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.7. Capital social

O capital social encontra-se totalmente subscrito e realizado.

3.8. Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificada de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.


3.12. Subsídios

Os subsídios de Entidades Públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de eventos e outras atividades de exploração, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no exercício de 2012 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2012					Saldo em 31 de Dezembro de 2012
	Saldo em 1 de Janeiro de 2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	
Custo:						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	27,366	-	-	-	-	27,366
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	4,626	-	-	-	-	4,626
Outros activos fixos tangíveis	4,182	-	-	-	-	4,182
	36,175	-	-	-	-	36,175
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	26,742	312	-	-	-	27,054
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	2,886	633	-	-	-	3,519
Outros activos fixos tangíveis	4,182	-	-	-	-	4,182
	33,810	946	-	-	-	34,756

5. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Mercadorias	4,907	5,275
Materias primas subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	4,907	5,275
Perdas por imparidades de inventários	4,907	5,275



Perdas por imparidades	31-Dez-12	31-Dez-11
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	-	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	-	-

A rubrica de Mercadorias inclui essencialmente Canecas e Polos relacionados com o Festival de Marisco. Salienta-se que não existem perdas de imparidade relacionadas com inventários.

6. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	11,559	-	25,274
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	12,050	-	24,480
	-	23,609	-	49,754
Perdas por imparidade acumuladas	-	-12,050	-	-24,480
	-	11,559	-	25,274

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por Imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

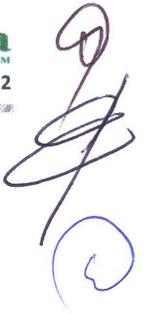
Perdas por imparidades	31-Dez-12	31-Dez-11
Saldo a 1 de Janeiro	24,480	16,030
Aumento	12,050	9,050
Reversão	-	-600
Regularizações	-24,480	-
	12,050	24,480

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1,845	426
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	34,692	54,503
Outros impostos e taxas	-	-
	36,537	54,929
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	3,555	856.00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	877	1,326.00
Segurança Social	848	849.00
Outros impostos e taxas	-	-
	5,280	3,031

O saldo ativo referente a IVA inclui um reembolso pedido de 28.000 euros



8. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal				
Contrato Programa - Municipio Olhão	-	63,800	-	111,300
PO Algarve 21 - PRU Olhão	-	14,301	-	-
	-	78,101	-	111,300
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	382	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
Outros bens e serviços	-	-
	382	-
Diferimentos (Passivo)		
Outros Rendimentos a Reconhecer	14,608	-
	14,608	-

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Caixa	427	705
Depósitos à ordem	55,512	11,924
Depósitos à prazo	-	-
(...)	-	-
Outras	-	-
	55,939	12,629

11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era de 5.000 euros.

Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2012, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Municipio de Olhão	100%	5,000

9



12. Reserva legal

Nos termos estatutários pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

13. Resultados Transitados

Por decisão da Câmara Municipal de Olhão, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse transferido: para a rubrica de Resultados Transitados cerca de 4.115,68 euros e o restante montante de 457,30 euros para a rubrica de Reserva Legal.

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	-	-	-	-
Empréstimos bancários de curto prazo (ii)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (iii)	-	-	-	15,000
Locações financeiras (iv)	-	-	-	-
Outros empréstimos (v)	-	-	-	-
	-	-	-	15,000

(iii) Refere-se a descoberto em conta corrente de curto prazo efetuado junto do BES (limite autorizado 50.000 euros).

15. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Outros Credores	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-
Devedores e Credores por acréscimos	-	7,229	-	3,022
	-	7,229	-	3,022

16. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Fornecedores conta corrente	37,807	77,416
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	37,807	77,416

17. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2012 e de 2011 foram como segue:

	31-Dez-12			31-Dez-11		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	234,272	-	234,272	352,666	-	352,666
Prestação de serviços	48,090	-	48,090	50,934	-	50,934
Vendas Prod. Acabados e Intermédios	-	-	-	-	-	-
	282,362	-	282,362	403,600	-	403,600

Os valores apresentados nesta rubrica correspondem essencialmente a Réditos obtidos no âmbito do Festival de Marisco, incluindo em particular 21.776 ingressos de adultos e 2.412 ingressos de crianças e também a receitas obtidas do Auditório Municipal.

18. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são relativos a verbas atribuídas pelo Município de Olhão no âmbito de contratos-programa celebrados, para o exercício de 2012, no valor de 278.000,02 euros. Inclui também, o valor de 2.981,03 euros de acordo com o contrato de financiamento celebrado no âmbito do Programa Operacional do Algarve 2007-2013, designado por "Programa de Animação da Parceria Local – PRU Olhão"

19. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, é detalhado como segue:

	31-Dez-12			31-Dez-11		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	-	5,275	5,275	-	7,640	7,640
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	-	48,604	48,604	-	39,215	39,215
Custo de vendas	-	48,971	48,971	-	41,580	41,580
Saldo final em 31 de Dezembro	-	4,908	4,908	-	5,275	5,275

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Subcontratos	223,723	268,544
Serviços especializados	149,620	180,938
Materiais	8,772	10,349
Energia e fluídos	-	506
Deslocações, estadas e transportes	50	1,313
Serviços diversos	82,306	123,327
Serviços Diversos - Rendas e Alugueres	64,953	114,085
Serviços Diversos - Limpeza, Higiene e Conforto	140	6,790
Serviços Diversos - Seguros	819	2,232
Serviços Diversos - Outros	16,395	220
	464,471	584,977

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:



	31-Dez-12	31-Dez-11
Remunerações dos órgãos sociais	30,380	-
Remunerações do pessoal	-	34,259
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	6,959	7,459
Seguros	25	276
Gastos de acção social	213	-
Outros gastos com pessoal	6,087	1,863
	43,663	43,857

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2012 foi 1 e no exercício de 2011 foi 1. No entanto, esta rubrica engloba também custos com colaboradores pontuais indicados através do Centro de Emprego.

22. Outros rendimentos e ganhos

	31-Dez-12	31-Dez-11
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	21,255	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos, dos quais	-	-
- Imputação de Subsídios para Investimentos	-	-
- Correções relativas a períodos anteriores	397	130
- Outros	350	-
	22,001	130

23. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foram como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Impostos	53	94
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	736	7,747
	789	7,841

24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:



	31-Dez-12			31-Dez-11		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	946	-	946	946	-	946
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	946	-	946	946	-	946

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2012 e de 2011, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	0	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-282	-765
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-493
	-282	-1,258
Resultados financeiros	282	1,258

26. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedade Comerciais, durante o exercício de 2012, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2012.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. Plano Plurianual de Investimento

Por não existirem investimentos relevantes, não é preparado o Plano Plurianual de Investimentos.

O Técnico Oficial de Contas

